

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMOES, e. VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varela

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Mauricio Dinepi

O dever do Congresso

Sempre se soube que o desate do impasse econômico nacional requeria a adoção de medidas severas, de efeitos imediatos. São desse caráter as reformas recém-introduzidas pelo presidente Fernando Collor, como convém ao tratamento de um problema associado com a própria viabilidade do País enquanto sociedade politicamente organizada. Se os atos baixados são extremos, maior, contudo, é a crise, por inserir o dilema da sobrevivência nacional.

Diante do processo de desintegração econômica, política, moral e social que lançou o Brasil ao caos, sobretudo em razão dos índices catastróficos de expansão inflacionária, nenhum paliativo poderia contornar a situação. A imobilização de grande parte dos ativos financeiros aplicados em operações especulativas ou postos a render a taxas exageradas, com ônus insuportável para o Tesouro, fixou-se como única forma de reordenar as finanças do Estado, derrubar o déficit público e desarmar as pressões sobre a demanda. E, no desdobrar do processo, liquidar a inflação.

O sentido lógico que permeia todo o programa de reajustamento econômico, inclusive em sua articulação com o ajuste fiscal, reforma administrativa e aperto sobre sonegadores e especuladores, desmobiliza resistências à esquerda e à direita. Até mesmo os mais ferozes adversários políticos do governo Collor, entre os quais as lideranças do PT,

aplaudem as medidas, por considerá-las adequadas à reconstrução nacional.

Caberá ao Congresso, então, recolher todo esse caudal de solidariedade para operar uma decisão política consentânea com os interesses nacionais. As reformas precisam ser aprovadas resolutamente, porque o futuro do País depende de semelhante deliberação. É indispensável raciocinar na base de que o exercício da política exige, em ocasiões dramáticas como a da hora presente, um grau superior de compreensão. Ceder a qualquer outros impulsos, principalmente àqueles ditados pelo utilitarismo eleitoral, é o mesmo que voltar as costas à Nação e condená-la ao perecimento.

A hipótese de examinar as reformas com o olho posto na batalha eleitoral de outubro próximo, quer dizer, levá-las a alterações a fim de atender a pressões clientelistas, não só configura disposição irresponsável como poderá surtir efeitos contrários. Sabe-se que a grande maioria do povo, até pelo fato mesmo de não ter sido atingida, saberá julgar através do voto aqueles que faltarem às suas obrigações. Do mesmo modo, a Nação não concordará em que o plano seja desfigurado em função de filigranas jurídicas, como as invocações de inconstitucionalidade aqui e ali ouvidas nos corredores do Congresso. Não há opções a realizar: ou salvam-se o Brasil e os brasileiros ou todos perecerão.